

PETIÇÃO 9.844 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S) :DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
ADV.(A/S) :SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
REQDO.(A/S) :ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV.(A/S) :LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA
ADV.(A/S) :RODRIGO MAZONI CURCIO RIBEIRO
ADV.(A/S) :FERNANDA REIS CARVALHO
ADV.(A/S) :RODRIGO SENNE CAPONE AUT. POL. :POLÍCIA
FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de manifestação do Conselho Federal a Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB, por meio da qual requer que *“seja recebido este pedido, reconhecendo-se a legitimidade deste Conselho Federal para a intervenção, acolhendo-o, para o fim de garantir as prerrogativas da advocacia no caso concreto, modificando a decisão judicial exarada, no ponto em que exigiu autorização expressa para que ROBERTO JEFFERSON receba seus advogados, tudo nos termos do Art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, e Art. 7º, VI, b, da lei 8.906/94”* (eDoc. 580).

A Defesa de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, a seu turno, requer, *“em caráter de urgência, a autorização para utilizar a sala reservada localizada na Cadeia Pública PEDROLINO WERLING DE OLIVEIRA (Bangu 8), sendo respeitada a ordem de chegada, de modo a viabilizar o exercício amplo da defesa do Sr. Roberto Jefferson Monteiro Francisco e o direito de acesso aos seus advogados, que é indispensável à Administração da Justiça, consoante assegurado pelo art. 5º, incisos LV e LXIII, todos da Constituição Federal”* (eDoc. 584).

A Associação Nacional da Advocacia Criminal – ANACRIM também se manifestou (eDoc. 586).

É o breve relato. DECIDO.

Em decisão de 22/10/2022, foi determinado o restabelecimento da prisão de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, a ser

PET 9844 / DF

efetivada pela Polícia Federal, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Processo Penal, devendo ser recolhido, imediatamente, ao estabelecimento prisional. Na mesma ocasião, ficou consignada a proibição do denunciado de conceder qualquer entrevista ou receber quaisquer visitas no estabelecimento prisional, salvo mediante prévia autorização judicial por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, inclusive no que diz respeito a líderes religiosos, familiares e advogados.

Obviamente, a decisão não se refere aos advogados do réu, regularmente constituídos e com procuração nos autos, nos termos do artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal e do art. 7º, VI, b, da Lei 8.906/94, como bem ressaltado pelo ilustre Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Beto Simonetti.

Comunique-se, imediatamente, ao Diretor do presídio onde se encontra custodiado o preso.

Ciência à Procuradoria-Geral da República e à Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil.

Publique-se.

Brasília, 24 de outubro de 2022.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente